



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

EDITAL

NOTA INFORMATIVA SOBRE SERVIÇOS DE GESTÃO URBANÍSTICA (DDEOT)

MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES DE AZEVEDO, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu: -----

Torna público que: -----

Atento às circunstâncias, absolutamente, excepcionais, em que se encontra o país, provocadas, pelo Coronavírus (COVID-19), a autarquia de Viseu, tem vindo a aplicar medidas extraordinárias que garantam uma atividade municipal, capaz de responder às necessidades dos cidadãos e das empresas. Apesar dos eventuais constrangimentos que naturalmente advirão do atual estado de calamidade, e para os quais desde já se pede a compreensão dos munícipes, considera-se fundamental garantir a continuidade da atividade municipal, em vista à recuperação e revitalização da nossa vida em sociedade e da nossa economia, acautelando-se, contudo, o estabelecimento de medidas que minimizem o risco de contágio e garantam que a pandemia se mantém controlada.

A elaboração do presente documento, visa o esclarecimento, de eventuais dúvidas, que possam surgir na relação entre os munícipes e esta autarquia, apresentando, o mesmo, um resumo dos procedimentos a aplicar nas atuais circunstâncias de exceção.

SERVIÇOS ASSEGURADOS

1. Receção de processos e de junção de documentos, através do Portal de Serviços| Viseu Net (para certidões, informações simples e pedidos diversos) e através do e-mail au@cmviseu.pt ou geral@cmviseu.pt, para as demais pretensões;



MUNICÍPIO DE
VISEU

Chama!

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2. Apreciação dos pedidos, incluindo a sua instrução, e elaboração de propostas de decisão;
3. Consultas a entidades externas e serviços municipais;
4. Receção de comunicações prévias;
5. Decisões sobre:
 - Pedidos de informação prévia e suas revalidações;
 - Pedidos de certidão;
 - Pedidos de colaboração para aferição das taxas devidas pela submissão da comunicação prévia;
 - Pedidos de licenciamento (aprovação de projetos de arquitetura; deferimentos finais; indeferimentos definitivos; caducidades; etc.);
 - Pedidos de autorização de utilização e de alteração de utilização;
 - Pedidos de escavação, demolição e contenção periférica;
 - Pedidos de prorrogação de prazo;
 - Pedidos de averbamento de requerentes, técnicos e empreiteiros;
6. Pedidos relativos a ocupação do espaço público;
7. Elaboração de informações sobre viabilidades construtivas;
8. Análise dos pedidos de Alojamento Local;
9. Emissão de certidões e alvarás;
10. Notificações por e-mail;
11. Consultas de processos;
12. Georreferenciação dos processos;
13. Medição e autenticação dos projetos;
14. Envio de informação para o Instituto Nacional de Estatística; Autoridade Tributária e outras entidades;
15. Atendimento online e telefónico.



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ENVIO DE DOCUMENTOS

Deverá enviar a sua informação e/ou documentos para au@cmviseu.pt ou geral@cmviseu.pt

Deverá enviar o pedido de acordo com a sua pretensão, com inclusão dos formulários e normas técnicas disponíveis em www.cm-viseu.pt

Ficheiros superior a 5MB – enviar por wettransfer - <https://wettransfer.com/>

PAGAMENTO DE TAXAS | CAUÇÕES

Após notificação, deverá proceder ao pagamento por transferência bancária através do **IBAN PT50 0018 0000 5199 3869 0202 1**, devendo o comprovativo, ser remetido para au@cmviseu.pt, com indicação do respetivo processo administrativo.

ENTREGA E LEVANTAMENTO DE DOCUMENTOS

A entrega dos livros de obra que devam instruir o pedido de emissão de alvará, comunicação prévia, autorização de utilização ou pedidos de 2.ªas vias do livro de obra, bem como, o levantamento de certidões, cópias ou alvarás, será efetuado, mediante exibição de documento comprovativo da legitimidade e comprovativo de pagamento, nas situações sujeitas a pagamento de taxas, e efetua-se, na zona de acolhimento do Município, de segunda-feira a sexta-feira, das 10h00 às 16h00.

A entrega de documentos está sujeita à confirmação da receção da transferência bancária, pelos serviços municipais.

CONSULTAS DE PROCESSOS

Após decisão do pedido, a consulta de processos administrativos decorrerá, conforme o caso, nos serviços municipais de Atendimento Único ou no Arquivo Municipal, de segunda-feira a sexta-feira, das 10h às 16h00, sujeito a marcação prévia, através do e-mail: au@cmviseu.pt



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ENVIO DE DOCUMENTOS VIA CTT

A pedido dos interessados, e em situações excecionais e justificadas, podem os documentos (alvarás, certidões, etc) serem remetidos, via CTT, mediante o prévio pagamento dos custos com a expedição.

PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE TRAMITAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

Nesta fase, o atendimento aos munícipes será efetuado, por telefone e/ou e.mail, através do gestor do procedimento, em função da zona territorial, nos seguintes horários:

ZONA A

E.mail: gestorprocedimentoA@cmviseu.pt

Atendimento Telefónico - 232 427 472

3ª Feira – 9h00 – 12h30

4ª Feira – 14h00 – 17h30h

ZONA B

E.mail: gestorprocedimentoB@cmviseu.pt

Atendimento Telefónico – 232 427 473

2ª Feira – 9h00 – 12h30

4ª feira – 9h00 – 12h30

ZONA C

E.mail: gestorprocedimentoC@cmviseu.pt

Atendimento Telefónico – 232 427 474

2ª Feira – 14h00 – 17h30

4ª Feira – 9h00 – 12h30



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

E.mail: pdmv@cmviseu.pt

Atendimento Telefónico – 232 427 474

3ª Feira – 14h00 – 17h30

6ª Feira – 9h00 – 12h30

Nota:

O atendimento a desenvolver, na área do PDM, não poderá implicar a avaliação de plantas de ordenamento ou documentos de suporte técnico incompatíveis com este tipo de atendimento telefónico.

ZONAS

| ZONA A | ZONA B | ZONA C |
|------------------------|---------------------------------|---------------------|
| Fail e Vila Chã de Sá | Abraveses | Barreiros e Cepões |
| Ranhados | Boaldeia, Faminhão e Torredeita | Cavernães |
| Repeses e São Salvador | Bodiosa | Cota |
| São João de Lourosa | Calde | Fragosela |
| Silgueiros | Campo | Mundão |
| Viseu | Coutos de Viseu | Povolide |
| | Lordosa | Rio de Loba |
| | Orgens | Santos Evos |
| | Ribafeita | São Pedro de France |
| | São Cipriano e Vil de Soito | |



ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

O atendimento especializado será efetuado, exclusivamente, por telefone.

O mesmo está sujeito a marcação prévia, através de contacto telefónico, dirigido ao gestor de procedimento, responsável pela respetiva zona territorial.

Deverá o interessado, para o efeito, facultar, o seu contacto telefónico e a identificação do processo e/ou assunto objeto do atendimento.

Na hora agendada, para a reunião, o interessado será contactado, para o efeito, pelo técnico da Divisão de Gestão Urbana.

Caso o interessado não atenda a respetiva chamada telefónica, o técnico entrará, em contacto, novamente, passados 10 minutos.

Registando-se o insucesso deste segundo contacto telefónico, a marcação do atendimento ficará sem efeito.

Será elaborada a respetiva ata de ocorrência da reunião, documento que será incorporado no respetivo processo administrativo.

PAGAMENTOS

O pagamento deve ocorrer dentro do prazo fixado, não existindo, neste momento, alteração ao prazo para pagamento de taxas.

PRAZOS

Suspensão dos prazos fixados aos particulares.

No âmbito dos procedimentos, supra referidos, consideram-se suspensos os prazos fixados aos particulares para apresentação de documentos e de audiência prévia, aplicando-se a figura do justo impedimento, prevista no artigo 140.º do CPC (Código de Processo Civil), o qual será de conhecimento oficioso, dada a reconhecida impossibilidade da prática dos mesmos, bem como, ao abrigo do disposto na alínea c), do número 9 do artigo 7 da Lei 1-A/2020, na sua redação atual.



MUNICÍPIO DE
VISEU

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PARECERES VINCULATIVOS DA CMDF (Comissão Municipal da Defesa da Floresta)

Ao abrigo do disposto no n.º 3, do art.º 35-D, do Decreto-lei n.º 20/2020, de 01 de maio, e até 90 dias, após a cessação do estado de emergência, os pareceres vinculativos da CMDF, previstos no art.º 16.º do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, são substituídos por parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP, a ser solicitado via Portal SIRJUE.

Alerta-se para o facto de poderem surgir alguns constrangimentos, na tramitação dos procedimentos administrativos correspondentes, devido à situação excecional relacionada com o regime de trabalho misto (presencial/teletrabalho).

Os efeitos da presente nota informativa, deverão prevalecer, durante a vigência do período de calamidade, em curso, podendo os mesmos serem revistos, em função da evolução da situação sanitária, em que o país se encontra.

Viseu 15 de maio de 2020. -----

A VICE-PRESIDENTE

Conceição Azevedo